

# O PROFESSOR PESQUISADOR NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NO CONTEXTO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL E DA NOVA FORMAÇÃO HUMANA\*

João dos Reis Silva Júnior\*\*

*“Reflieto!, sei não estar louco  
Imerso nesta sociedade doente  
Confesso! De quando em quando  
Deliro com um bem para todo ser humano”\*\*\**

## Resumo

O objetivo deste texto consiste em compreender o processo de mercantilização da universidade estatal pública brasileira e de sua identidade institucional. Busca compreender este evento tal qual um processo de racionalização social, com origem no Estado reformado e como parte da herança do século XX articulado com a internacionalização do capitalismo, que terminou como alvo da naturalização do fundo público pelo capital, resultando em reformas das instituições republicanas brasileiras. A universidade, não sem a contraposição de movimentos sociais, políticos e sindicais e de intelectuais que ainda resistem, está sendo transformada em instituição tutelada pelo capital e pelo Estado, tendo o mercado como mediador. A racionalidade mercantil tornou-se o núcleo da POLÍTICA (que deveria ser a administração pública voltada para o ser humano), com conseqüências perversas para o governo popular democrático, que se distancia de sua origem, para o pensamento intelectual mais crítico, para a esquerda partidária, para a pesquisa sobre as políticas públicas de educação superior, mas, sobretudo, para o objeto que aqui interessa examinar, para as atividades e a formação do professor/pesquisador das universidades estatais públicas em geral. Em acréscimo, procura-se mostrar que o processo de racionalização em sua forma histórica atual tem como essência também histórica a racionalidade de formação social do capitalismo, e, em razão disso, mostra, indiretamente, as orientações deste evento.

**Palavras-Chave:** Reforma do Estado; Educação Superior; Trabalho Docente; Formação Docente; Alienação no Trabalho Docente; Ontologia no Trabalho Docente.

\* Este artigo tem como referência a pesquisa *Mercantilização da Esfera Pública e Universidade - Nova identidade Universitária e Trabalho Docente das IFES da região Sudeste*, realizada pelos professores João dos Reis Silva Júnior (UFSCar) e Valdemar Sguissardi (Unimep), com financiamento da F APESP e do CNPq.

\*\* JOÃO DOS REIS SILVA JR, doutor em educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e com pós-doutorado em sociologia política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), atualmente é professor e pesquisador do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). É autor de vários livros e muitos artigos e capítulos de livros no Brasil e no exterior. Últimos livros publicados: *Novas faces da educação superior no Brasil; reforma do Estado e mudança na produção*, em co-autoria com Valdemar Sguissardi (Bragança Paulista: EDUSF, 1999, 1ª edição, e Bragança Paulista e São Paulo: EDUSF e Cortez: 2001, 2ª edição); *Trabalho e formação*, em co-autoria com Jorge Luís Camarano González (São Paulo: Xamã, 2001);

Reformas do Estado e da educação no Brasil de FHC (São Paulo: Xamã, 2003); O institucional, a organização e a cultura da escola, em co-autoria com Celso Ferretti (São Paulo: Xamã, 2004) e Pragmatismo e populismo na educação superior no Brasil de FHC e LULA (São Paulo, 2005) . E-mail: ir@power.ufscar.br

\*\*\* Fala da personagem de Lima Barreto no filme A Volta de Lima Barreto.

## **Abstract**

The article's purpose is to understand the mercantilist process of the Brazilian public university and its institutional identity. Search understand this event as is a process of streamlining social, with origin at the reformed state as part of the legacy of the twentieth century linked to the internationalization of capitalism, which ended as a target of naturalization of public fund by capital, resulting in reforms of institutions republican in Brazil. The university, not without opposition from social movements, political and trade union and intellectuals who still resist, is being transformed into institution under the capital and the state, with the market as a mediator. The market rationality has become the core of the policy (which should be the public administration directed for human being), with perverse consequences for the popular democratic government, which is distant from its origin, for the intellectual thinking more critically, to the left partisan, for research on public policy for higher education, but, over all, for the object that matters here look to the activities and training of teacher and researcher of the state public universities in general. In addition, it is looked to show that the process of rationalization in its current historical form has as also historical essence the rationality of social capitalism formation and in reason of these shows indirectly the course of this event.

**Key words:** The State Reform, The Higher Education Reform, Teaching Work; Teaching formation; Alienation in the Teaching Work; Ontology in the Teaching Work.

## **Resumé**

L'objectif de cet texte consiste à comprendre le processus de marchandisation de l'université publique brésilienne et de son identité institutionnelle. Il essaye de comprendre cet fait comme un processus de rationalisation sociale, originire de l'État réformé et héritage de l'État-providence articulé avec l'internationalisation du capitalisme, processus qui a fait de l'université publique cible de la naturalisation du fond public par le capital, comme l'on été diverses d'importantes réformes des institutions républicaines au Brésil. L'université, non pas sans l'opposition de certains mouvements sociaux, politiques et syndicaux, aussi que d'intellectuels qui encore résistent, est en train d'être sommée à la tutelle du capital et de l'État, en ayant le marché comme opportun médiateur. La rationalité du marché s'est rendue le noyau de la politique (à la place de l'administration publique tournée vers l'être humain), avec des conséquences perverses pour le gouvernement populaire démocratique - qui s'éloigne de son origine-, pour la pensée intellectuelle plus critique, pour la gauche parti sane, pour la recherche sur les politiques publiques d'éducation supérieure, mais, surtout, pour l'objet qui ici intéresse examiner et pour les activités et la formation de

l'enseignant/chercheur des universités publiques en general. En outre, il cherche à montrer que le processus de rationalisation, dans sa forme historique actuelle, a, comme essence, aussi historique, la rationalité de la formation sociale du capitalisme, et, par cette raison, explicite, indirectement, les orientations de cet événement.

Mots-clefs: Réforme de l'État; Travail enseignant; Formation enseignant; Alienation au travail enseignant; Ontologie dans le travail enseignant.

### **Introdução: construindo uma hipótese**

A universidade estatal pública brasileira passa por processo de mercantilização de sua identidade institucional. Este processo de racionalização social, com origem no Estado reformado, constitui-se na articulação da herança do século XX (o século da social-democracia e do Estado de Bem-Estar Social) com a internacionalização do capitalismo, e foi alvo da naturalização do fundo público pelo capital, que resultou em reformas das instituições republicanas brasileiras. A universidade, não sem a contraposição de movimentos sociais, como a da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior - Sindicato Nacional (ANDES-SN), ou de intelectuais que ainda resistem, como os professores Francisco de Oliveira, José Luiz Fiori, Maria Cristina Paoli, Cezar Benjamin, dentre outros, está sendo transformada em instituição tutelada pelo capital e pelo Estado, tendo o mercado como mediador.

A racionalidade mercantil tomou-se o núcleo da POLÍTICA (que deveria ser a administração pública voltada para o ser humano e não reduzida na direção do crescimento econômico), com consequências perversas para o governo popular democrático que se distancia de sua origem, para o pensamento intelectual mais crítico, para a esquerda partidária, para a pesquisa sobre as políticas públicas de educação superior, mas, sobretudo, para o objeto que aqui interessa examinar, para as atividades e a formação do professor/pesquisador das universidades estatais públicas em geral.

Ainda que se possa aprender com Theodor Adorno que em determinados momentos históricos somente é possível resistir por meio da consciência e não por meio do trabalho e da atividade humana e da política, diante da objetividade histórica, também não é possível contribuir para o adensamento desta mesma objetividade histórica que se vem produzindo ao longo do período de 1995 até a atualidade sob os governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

### **O financiamento da instituição universitária pública e a composição do fundo público**

Na breve introdução a este pequeno artigo esboçou-se a construção de uma hipótese e a constituição de alguns elementos mediadores para uma indagação que poderá ser objeto de uma próxima pesquisa; por esta razão lança-se mão de alguns dados que podem ajudar nessa empresa. Dentre esses elementos, vale destacar o estudo de PINTO (2005) que mostra que, enquanto **os Encargos Financeiros da União** evoluíram de 4% do **Produto Interno Bruto (PIB)**, em 1995, para aproximadamente 10%, em 2002, com manutenção desta tendência até o ano 2005, a rubrica de **Manutenção e Desenvolvimento da Educação**

oscilou em torno de 1 % do PIB, com leve tendência de queda no mesmo período. Isto permite inferir-se muito sobre o que se anuncia desde o início deste texto.

Por outro lado, se ao par disso se observa a composição da receita da União, fortalece-se ainda mais esse ponto de partida. Ainda, segundo PINTO (2005), de 1995 a 2003 as Contribuições Sociais, como a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), agora não mais existente, saltaram de um patamar de aproximadamente 9% para próximo de 15% do Fundo Público nesse mesmo período. Sabendo que apenas um percentual dos impostos, parte do Fundo Público do Estado, é destinado ao financiamento da educação, fica claro como estão orientadas as políticas de financiamento da educação superior no Brasil, isto é, são parte do processo de naturalização do capital.

As verbas destinadas à educação ficam cada vez mais escassas e o Estado transfere sua responsabilidade pelo financiamento educacional ao processo, a que acima se fez referência, como herança do século XX, isto é, a naturalização do Fundo Público pelo capital. Não é difícil, pois, perceber o outro pólo da contradição em que se vai constituindo a hipótese que aqui se quer construir: as atividades e a formação do professor/pesquisador.

No plano político, vigora a racionalidade mercantil no âmbito do Estado (a regulação do mercado), que, por sua vez, no âmbito da educação superior, apresenta-se como Estado gestor, ao estabelecer instrumentos jurídicos para conformação da identidade universitária, e avaliar, regular e controlar a liberdade acadêmica, essencial às atividades e à formação do professor/pesquisador das universidades estatais públicas. Isto é suficiente para deslocar o equilíbrio psíquico e psíquicosomático deste trabalhador, induzindo a sua grande maioria ao estresse e às doenças psicossomáticas daí decorrentes, como observado nos muitos depoimentos feitos na pesquisa sobre a qual se apóia este texto (cf. nota acima).

Leia-se um excerto de um dos depoimentos de um dos colegas entrevistados para essa pesquisa, no qual o ele estabelece relações entre a pós-graduação, a pesquisa, a publicação, o financiamento e as condições objetivas em que isto se faz, segundo o modelo Capes de avaliação.

Neste modelo, esta agência estatal, além de financiar e induzir a organização dos programas de pós-graduação, também os avalia, criando um sistema de controle e regulação de cada um deles e do espaço social que eles compõem no Brasil, e induzindo a formação de uma suposta elite de intelectuais gestores que, entre outras decorrências, se perpetuam em associações e órgãos semelhantes do governo relacionados à pesquisa e à pós-graduação. Fato que torna cada vez mais constritor o contexto institucional da pós-graduação, o que segundo o depoente, levaria a um alto nível de estresse. Ao comentar a diferença entre a graduação e a pós-graduação, analisa:

eu digo o seguinte: na pós-graduação o trabalho é muito mais pesado que na graduação [...] Por quê? Na hora que você admite um pós-graduando, você está celebrando com ele praticamente um contrato de que, se não houver sucesso, o fracasso é dos dois. Então, a orientação implica nessa responsabilidade (...). O aluno de pós-graduação, ele também é um agoniado e isso ele transmite para o orientado r. [...]você tá fazendo um contrato de convivência mútua e muita responsabilidade na condução de um processo complexo por 5 anos. A questão

do financiamento: você realmente trabalha apertado [...], você é pressionado pelas agências, pressionado pelo aluno, e pressionado por você mesmo, porque cada aluno em geral é sua responsabilidade.

Cabe observar neste ponto do depoimento a forma como o modelo de avaliação da Capes já mencionado (Cf. Sguissardi, Valdemar. Sessão Especial proposta pelo GT de Políticas de Educação Superior, Trigésima Reunião da ANPEd, Caxambu-MG, 2007). Outro ponto relevante refere-se à natureza exógena da avaliação imposta à organização do programa que é avaliado, que diante do resultado desta avaliação terá ou não financiamento. Por outro lado, as notas atribuídas aos programas instituem uma concorrência pelos recursos financeiros, instaurando verdadeira competição entre os pesquisadores de uma mesma área e acirrando a pressão sobre os eles, os seus orientandos no doutorado, no mestrado e na iniciação científica (afetando aí os alunos da graduação que pretendem seguir a carreira acadêmica eventualmente) e sobre a própria coordenação, além de propiciarem uma verdadeira caça às bruxas internamente aos programas. Novamente aqui o depoente, de outra forma, mostra a pseudo-formação do professor/pesquisador, do graduando de iniciação científica, do mestrando ou doutorando, envolvidos no artilho em que se tomou o produtivismo acadêmico induzidos pelo Ministério de Ciência e Tecnologia e pelo Ministério da Educação, especialmente na figura da Capes por financiamentos estatais-mercantis, nas formas das parcerias público-privadas, fundos setoriais, lei de inovação, etc.

Observem-se os jovens que se doutoraram depois da entrada em vigência do atual sistema de avaliação da Capes implantado a partir de 1997, hoje parecem muito adaptados ao produto vismo acadêmico, à competitividade, além de estarem sendo induzidos pela suposta elite de "intelectuais gestores", parecem continuar a sua formação de pós graduando, isto é, o "aluno de pós-graduação, ele também é um agoniado". É perceptível a expansão do número de doutores desta geração com esse perfil, processo que acentua a formação do professor/pesquisador "produtor de resultados" de estudos e pesquisas efêmeros - interessa sua posição dentro da área de investigação que é medida de forma quantitativa.

O mesmo colega continua seu relato, acentuando o Modelo Capes de Avaliação, avaliando que não seriam as atividades de ensino que os preocupariam, mas a pressão realizada por este modelo.

Nós temos 3 professores que preferiram sair, e tinha uma colega minha que falou assim: "eu mantenho disciplina". Ela dá 2 disciplinas da pós-graduação. "Mas eu quero ser colaboradora porque eu não quero mais orientar". Porque ela não agüenta o estresse e a pressão, parece sofrer muito. Então, eu tenho 3 professores na pós-graduação que chegaram a esse acordo de manter as disciplinas. "Não tem problema nenhum, vou lá, dou as minhas aulas". Aliás, são excelentes professores de pós-graduação, mas não querem mais orientar

O prazer da docência na pós-graduação é um fator a ser destacado e eventualmente por meio da docência, o sentimento de pertença a um programa de pós-graduação fornece elementos de um certo posicionamento acadêmico dentro da área, num contexto de competitividade e concorrência. "Mas eu quero ser colaboradora (...) [mas] eu não quero mais orientar". Por um lado, o **não querer orientar** sugere não se expor aos perversos mecanismos de regulação e controle da Capes, à competitividade na área, "porque ela

não agüenta o estresse e a pressão, [e] parece sofrer muito". Por outro lado, quer esposar-se do que há de positivo no programa de pós-graduação: a docência em seu campo específico de pesquisa, a própria pesquisa (sem financiamento ou com financiamento privado) e publicações sem a espada de Dâmocles do Instrumento Anual Coleta Capes, e, sobretudo, ao final do triênio, a avaliação do programa. Trata-se de uma defesa consciente de si em relação aos mecanismos citados.

Mas, não se deve creditar toda esta negatividade ao demiurgo Modelo Capes de Avaliação, a cultura dos programas alterou-se e as disputas políticas dentro dos programas de pós-graduação acentuaram-se. A luta dentro da esfera da microfísica do poder articulada (esta esfera) com uma espécie de Síndrome do Poder Pequeno tem realizado destruições de pacto institucionais e de pessoas, levando-as ao divã do psicanalista ou às drogas lícitas e ilícitas. É interessante, a propósito do que se está a analisar, citar o debate sobre o uso de estimulantes e narcolépticos por pesquisadores e colegas da Universidade de Cambridge, segundo o *Jornal da Ciência* número 3467, de 11 de março de 2008, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Neste boletim informativo pode-se ler:

Num recente comentário na revista *Nature*, dois pesquisadores da Universidade de Cambridge relataram que cerca de uma dezena de seus colegas admitiram o uso regular de drogas como Adderall, um estimulante, e Provigil, que promove o estado de vigília, para melhorar seu desempenho acadêmico.

Outro depoente, dos muitos colegas que gentilmente se dispuseram a conosco colaborar correndo o risco, de se identificados, serem estigmatizados na academia, traço cultural dissimulado, mas ainda presente na cultura acadêmica, teve sua trajetória toda na mesma instituição onde até hoje se encontra e mostra a consciência sobre a intensificação e a precarização de seu trabalho, bem como das perversas conseqüências desta instituição universitária reformada. Relata ela, depois que expusemos nossos principais objetivos da investigação:

Fui credenciado, acredito, que em 97, primeiro para o mestrado e só em 2000 para o doutorado, e agora exerço todas as atividades: graduação, pós-graduação, atividades de pesquisa, atividades administrativas porque eu faço parte de vários conselhos: conselho do departamento, conselho da pós-graduação aqui da CPG [de sua área de conhecimento], sou vice-presidente da comissão permanente de pessoal docente, e tenho agora 7 alunos de pós-graduação e graduação. Então tudo isso que vocês falaram eu concordo plenamente, a gente só vai acumulando atividades.

Antes de tudo, é necessário demarcar que o ano em que o depoente entra para a pós-graduação coincide com a implantação do atual Modelo Capes de Avaliação. Por outro lado, (SGUISSARDI; SILVA JR; HA Y ASHI, 2006, p.70) em trabalho desenvolvido para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), observam que:

O ano de 1997, segundo o censo da educação superior no período de 1991 a 2004, é o momento em que há uma inflexão no número de instituições, de cursos, de vagas, mas também, o de uma relativa redução das funções docentes, de funcionários técnicos administrativos, destacadamente no setor público). Um fato na esfera educacional é, sem dúvida a promulgação da Lei 9.394/96, em dezembro, que se tomou um guarda-chuva jurídico à sombra do qual Poder Executivo pôde fazer a re-configuração da educação superior no Brasil. No entanto, isto somente dar-se-á, em razão da presumível vitória de Fernando Henrique Cardoso em 1998 e com isso, a continuidade das mudanças institucionais que se vinha fazendo, marcadamente a partir de 1995, quando se institucionaliza a reforma do Estado brasileiro, e, com isto, garantir-se-ia a forma hiperpresidencial, que continuaria até pelo menos o primeiro mandato do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

E acrescentam à página 73, de maneira enfática, que:

<sup>1</sup> Esta análise tem como objeto predominantemente o nível de graduação, não sendo analisado, portanto, de forma direta a pós-graduação e o impacto que sua expansão teve no período estudado quanto a aumento de cursos, matrículas, vagas, funções docentes, regime de trabalho e funções técnico-administrativas.

Em outras palavras, enquanto ao crescimento do total de matrículas na educação superior privada correspondeu um aumento bastante próximo do total de funções docentes, na educação superior pública, o crescimento do total de funções docentes foi inexpressivo ou ínfimo (6%) para um aumento significativo das matrículas (78%, ou 13 vezes maior)". Isto implica dizer um real **adensamento da carga de trabalho dos docentes da IES**, controlado pelos mecanismos da avaliação institucional, com base no Planejamento de Desenvolvimento Institucional e no Projeto Pedagógico. Isto acentua-se, quando se considera a considerável expansão da pós-graduação havida nos últimos dez anos pós-LDB, posto que os dados sobre os quais trabalhamos são predominantemente relativos ao educação superior na esfera da graduação. (grifos meus)

É significativo estas duas conclusões sobre a mudança estrutural da educação superior, pois nos ajudam a compreender a situação dos docentes em geral, mas, especificamente na esfera estatal pública e na educação superior. Pode-se indicar que a partir de 1997, o trabalho do professor depoente para nossa pesquisa foi paulatinamente se intensificando no âmbito acadêmico e administrativo. No plano acadêmico, o docente é credenciado para o mestrado em seguida para o doutorado, num processo de veloz expansão da pós-graduação no país. Neste período, teve seu trabalho qualitativamente modificado, posto que: 1) a organização do programa de pós-graduação modifica-se em razão da avaliação, 2) a cultura do programa também se modifica como já apontamos acima. Por outro lado, a própria instituição universitária pública se reestrutura. No plano administrativo o docente entrevistado afirma que àquela época (2007) exercia todas as atividades: "graduação, pós-graduação, atividades de pesquisa, atividades administrativas" e detalhava, "porque eu faço parte de vários conselhos: conselho do departamento, conselho da pós graduação aqui da CPG [de sua área de conhecimento], sou vice-presidente da comissão permanente de pessoal docente, e

tenho agora 7 alunos de pós-graduação e graduação". Destaco, aqui, que a formação dos graduandos em iniciação científica, bem como a dos pós-graduandos no mestrado e no doutorado sob responsabilidade do docente, ainda que com a consciência que ele afirma ter das mudanças institucionais, está se fazendo segundo a racionalidade que se impôs desde a reforma do Estado em 1995 à toda instituição republicana. Tendo consciência do processo, sentindo as mudanças e suas conseqüências, contraditoriamente, o docente quer fazer seu trabalho e continua formando, segundo esta racionalidade, a próxima geração nos três níveis citados. Não de se espantar que encontremos alunos da graduação que necessitam ansiolíticos para irem para universidade e ncolépticos para dormir. Evento ainda raro, mas que já existe. Volto ao trabalho de (SGUISSARDI; SILVA JR; HA Y ASHI, 2006, p.75), lugar em que fazem a síntese de sua análise sobre a Educação Superior do Estado de São Paulo, mas observando, que ainda que com algumas especificidades, esta era a tendência na região Sudeste e no Brasil. Afirma que:

Os quatorze pontos aqui elencados para realizar a síntese como indicado inicialmente permitem afirmações bem arrazoadas de que houve um largo processo de expansão, ao lado de extenso e intenso processo de mercantilização da educação superior chegando a ponto de reconfigurar toda esfera deste nível de ensino, especialmente no setor privado cuja inferência que se pode tirar é a do esgotamento de seus fundamentos organizativos. Quanto à esfera pública, existe uma acentuação das funções docentes e em vez de expansão do número de IES públicas, levantamos a hipótese de aumento de vagas por meio da educação a distância. Em acréscimo, a existência de uma exploração do trabalho docente como resultado de políticas públicas para a educação superior quanto à carreira docente e à avaliação, com graves conseqüências para a própria saúde mental dos trabalhadores na educação superior, incluindo aí, como foi visto, os funcionários técnico-administrativos. Se as razões de tal quadro, no qual não se pode concluir sobre democratização, podem ser creditadas às políticas do Governo Lula, mais acentuada deve ser a crítica ao governo FHC. Outrossim, tal qual se busca mostrar no texto, há uma cultura pragmática e profissionalizante [e caritativa] que originada no início do século XX se faz presente nos dias atuais e orientam as reformas institucionais em geral e as mudanças na educação superior no período de 1991 a 2004.

Estas mudanças observadas por meio dos indicadores financeiros e no cotidiano das universidades, através dos depoimentos de nossos colegas, mostram situação de profunda ansiedade e inegável sofrimento do professor pesquisador diante das imposições colocadas sobre nossas cabeças de buscarmos pesquisas e contatos com pesquisadores de outros países, fazendo do financiamento o grande indutor da intensificação do trabalho deste professor e estimulando o auto financiamento das universidades - uma lógica muito perversa. Estes são mecanismos do controle do indivíduo, de sua formação humana pelo Estado: um Estado que deveria regular o processo econômico global, e de fato, ocorre realiza o inverso - a racionalidade mercantil regula as atividades políticas deste Estado num processo mediado e contraditório. A tabela abaixo da Universidade Federal de Minas Gerais é relevante e exemplifica a situação do quadro docente das IFES em geral.

No espaço deste texto, trazemos, a título de ilustração de nossa construção da hipótese indicada em epígrafe a rubrica do financiamento das IFES. Estes recursos destinados às instituições federais de ensino

superior (IFES) no Brasil no período de 1995 (início da reforma do Estado)2005, com ênfase para as sete IFES que formaram a amostra da pesquisa já referida.

Tabela 1 – Evolução do Corpo Docente Permanente – Titulação – 1995-2005 – UFMG (2º Semestre, excluídos os docentes do 1º e 2º graus e “especialistas”)

CORPO DOCENTE PERMANENTE TITULAÇÃO								
ANOS	GRAD.	%	MESTR.	%	DOUT.	%	TOTAL	Δ %
1995	251	12,9	857	44,1	836	43	1.944	
1996	222	10,9	877	43,2	931	45,8	2.030	
1997	201	9,3	897	41,7	1.052	48,9	2.150	
1998	190	8,7	861	40	1.329	60,9	2.180	
1999	156	7,8	732	36,7	1.106	55,4	1.994	
2000	71	3,7	600	31,3	1.251	65,2	1.917	
2001	155	7,2	610	28,3	1.387	64,4	2.152	
2002	132	6,1	615	28,4	1.414	65,4	2.161	
2003	102	4,8	562	26,8	1.428	68,2	2.092	
2004	414	15,9	540	20,8	1.636	63,1	2.590	
2005	102	4,4	600	26,1	1.592	69,3	2.294	
<b>1995/2005 Δ%</b>	<b>-59</b>	<b>-66</b>	<b>-30</b>	<b>-41</b>	<b>90</b>	<b>61</b>	<b>18</b>	<b>-</b>

Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento / Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Banco de Dados Funcionais (APF)

Tabela 01 - Evolução dos recursos totais de todas as IFES e de sete IFES da Região Sudeste (amostra da pesquisa) - todas as fontes - 1995-2005 - Valores a preços de janeiro de 2006, corrigidos pelo IGP-DI da FGV, em R\$ milhões.

ANOS	UFES	UFF	UFJF	UFMG	Unifesp	UNIRIO	UFU	Total 7 IFES	Total IFES
1995	322	767	215	914	485	144	372	3.219	16.155
1996	281	699	208	839	490	138	341	2.996	14.558
1997	261	668	206	822	416	141	309	2.823	14.302
1998	266	655	205	785	384	150	313	2.758	14.050
1999	254	687	200	779	308	130	325	2.683	13.753
2000	237	573	200	726	271	115	310	2.432	12.964
2001	219	522	176	670	255	112	308	2.262	11.863
2002	221	551	189	673	244	113	291	2.282	12.063
2003	193	485	166	591	233	101	259	2.028	10.707
2004	219	507	176	658	311	124	283	2.278	11.851
2005	216	506	176	649	294	125	276	2.242	11.465
<b>1995/2005 Δ%</b>	<b>-33,0</b>	<b>-34</b>	<b>-18</b>	<b>-29</b>	<b>-39</b>	<b>-13</b>	<b>-26</b>	<b>-30</b>	<b>-29</b>

Fonte: AMARAL, Nelson C.. 1995-2005: Execução Orçamentária do Governo Federal, www.camara.gov.br

A Tabela 1 mostra a involução do financiamento estatal para cada uma das sete IFES que constituem a amostra da pesquisa, em comparação com o total dos recursos financeiros destinados a essas sete IFES da região sudeste e ao conjunto de IFES do país. Ao se observar a característica das séries numéricas representativas do financiamento nos três níveis (a amostra, o universo e o país), vê-se que é nítida a semelhança entre as tendências, o que revela a significativa diminuição dos recursos do Tesouro Nacional alocados para a manutenção do Sistema Federal de Educação Superior. Há uma redução de 30% (em ordem de grandeza) do financiamento estatal para as instituições da amostra, com exceção da UFJF e da UNIRIO,

cuja ordem de grandeza da diminuição oscilou em torno de 15%. Não é difícil inferir destes dados a situação que decorre desta redução de financiamento: a necessidade de busca, pelos gestores da IFES, de formas alternativas de financiamento, entre as quais, talvez a primeira consista na mudança e/ou intensificação do trabalho do professor dessas universidades por meio da prestação de serviços, das Parcerias Público-Privadas, dos Fundos Setoriais, da Inovação Tecnológica, de um lado; de outro, programas sociais, de caráter compensatório, como o *Universidade Aberta*, O *Programa Universidade para Todos* (agora associado ao FIES) (ProUni), O *Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais* (REUNI, inspirado no *Processo de Bologna* e imposto de forma persuasiva e por pressão financeira somente às Instituições Federais de Educação Superior em 2007, que, dentre outros dispositivos dobra o número de vagas nas IFES), *a Escola de Gestores*, *os Programas de Educação a Distância*, etc.

É necessário informar que tais inferências se devem também a outros dados e análises, que não se apresentam neste texto, mas fazem parte de outros estudos e pesquisas dos autores Silva Jr e Sguissardi (Cr SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 2001), publicados no livro editado pela Cortez Editora e resultado da pesquisa *As Novas Faces da Educação Superior no Brasil - reforma do Estado e mudança na produção* (financiada pela FAPESP e pelo CNPq), que demonstrava a existência de uma reforma da educação superior a conta-gotas desde 1995, em cujo centro se encontrava, dentre outras tendências, a redução do papel do Estado brasileiro no financiamento das instituições de educação superior, ao lado de um incentivo velado à privatização e internacionalização desse nível educacional.

Outro elemento que podem ilustrar nossa hipótese em construção referem-se aos "gastos com pessoal e encargos sociais de todas as IFES brasileiras e das sete IFES da região Sudeste"

(Amostra da Pesquisa), excluindo-se os recursos próprios (incluindo inativos, pensionistas e precatórios), no período 1995-2005 (com valores a preços de janeiro de 2006, corrigidos pelo IGP-DI da FGV) mostram a mesma tendência apresentada em relação ao financiamento total (tabela acima). Há uma redução de 29% nesta rubrica das IFES no período de 1995 a 2005. Quando é considerada a amostra da pesquisa com as IFES do Sudeste, a tendência se repete, porém com uma redução em média superior a 30% (Cr. SGUISSARDI; SILVA JR, 2007).

Estes dados revelam a tendência ao fortalecimento da mercantilização e do empresariamento da educação superior no contexto de naturalização do Fundo Público do Estado pelo capital. Revela, ainda, que o professor/pesquisador, para viver na condição de tempo integral e dedicação exclusiva, vê-se compelido a sujeitar-se às *novas faces da educação superior* no Brasil. Isto permite inferir que se está vivendo um radical processo de mudança do ser social professor/pesquisador. Ele deve, neste contexto, adaptar-se à nova instituição universitária e ao novo pacto social, que se inspira grande mente no pragmatismo que se vem construindo desde os governos de Fernando Henrique Cardoso, com fiel continuidade nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva. Continuando com exemplos que podem ilustrar o impacto causado no trabalho dos Professores e na sua formação humana em geral, mas em particular no dos professores/pesquisadores, cito a questão salarial. Segundo o SRH/MPOG, disponível no site [www.servidor.gov.br](http://www.servidor.gov.br) em 29 de fevereiro de 2008 (em valores corrigidos pelo IGP-DI da FGV, a preços de janeiro de 2008), o salário do professor titular

doutor, em regime de dedicação exclusiva, reduziu-se de R\$ 10.092,96, em 1995, para R\$ 7.830,13, em 2007. Houve no período em questão um decréscimo de aproximadamente 25% dos proventos do professor. Poderíamos inicialmente tomarmos como uma pequena diminuição salarial, pois em nossa cultura os valores inflacionários foram em geral muito altos, especialmente em nossa história recente, quando o presidente Sarney desceu a rampa do Palácio do Planalto pela última vez a inflação passava de 1.000% ao ano. Estes altos níveis inflacionários sempre foram o resultado de políticas econômicas que necessitavam da alta inflacionária para compor o Fundo Público do Estado, sempre sob um impacto profundo de comprometimento da dívida interna no país e de roubo do poder aquisitivo do trabalhador.

No entanto, no período de 1995 a 2007, vivemos uma época que também à custa da dívida interna, tivemos uma inflação que oscilou em torno de 1.5%, o que implica dizer que 25% consistem num furto do professor pesquisador das IFES, tendência que se fez presente também nas universidades estatais públicas em geral.

Considerando-se que as condições mercantis de trabalho, e o que apresentamos sobre o financiamento e as mudanças jurídico-institucionais indicadas que constituem o horizonte de possibilidades institucionais para a realização do trabalho cotidiano e da formação do professor/pesquisador na universidade estatal pública, a tendência de sua formação em geral direciona-se para uma reprodução institucional mercantil e pragmática que nega a liberdade acadêmica, a autonomia universitária e conseqüentemente a identidade da Instituição Universitária, que consiste na contradição. Por um lado, contribui para a consolidação do *Pacto Social* e para o crescimento econômico do país; por outro, exerce a função social de crítica institucional de seu tempo histórico, e, sobretudo, de seus próprios objetivos. O processo de mercantilização tende a enfraquecer o equilíbrio histórico liberal desta contradição, fortalecendo o primeiro de seus pólos, enquanto debilita o segundo. Daí dizer-se que a dimensão ontológica do ser social professor/pesquisador na direção do humano é, aí, negada.

No entanto, se é negada por consequência de mercantilizar o trabalho do professor-pesquisador, com isso tomando, em muitos casos, o produto de sua pesquisa, uma mercadoria, por exemplo, uma patente ou uma metodologia para construção de projetos-políticos pedagógicos para escolas da educação básica, estas *quase mercadorias* põem em movimento relações sociais por meio do valor de troca, mas, somente o fazem, tendo como materialidade o valor útil do trabalho mercantilizado. A formação humana do professor-pesquisador é contraditória. Por um lado, o valor útil de seu trabalho imaterial e intelectual é historicamente humano e o leva a uma dimensão humana mais intensa. De outro lado, o valor de troca de seu trabalho acadêmico, sendo o guia do processo de sua socialização, traz consigo neste movimento a potência ontológica da formação humana mais intensa. Isso pode ser visto nos itinerários dos depoimentos de nossos colegas.

No início, eles nos pareciam empolgados e orgulhosos de seus trabalhos orientados pelo produtivismo acadêmico, no entanto, quando continuávamos as indagações forçando o pólo sobre o qual os professores não tocavam conscientemente ou não, a tomada de consciência parecia se fazer presente. No plano empírico, este movimento fica mais claro. Ainda que tomando consciência da contradição, pretendem

continuar seu trabalho, apesar de ver suas famílias desfeitas, de prejudicarem sua saúde por meio do uso de ansiolítico, anti-depressivos, narcolépticos, sacrificam seu tempo livre, trabalhando nos finais de semana, não saem um mês completo em férias, não fazem uso de licenças-prêmio ou sabáticas por entenderem que não teriam o que fazer querem, contraditoriamente, continuar fazendo o trabalho do mesmo jeito. Aqui, põe-se a alienação, mas não somente ela põe-se também, mesmo que de forma não consciente, a possibilidade de resolução da contradição na direção da formação humana mais intensa. Um dos colegas quando indagado sobre suas licença-prêmio, respondeu "Eu nunca tirei uma licença, nunca!, licença prêmio, licença sabática, qualquer coisa que você pensar, eu nunca tirei uma licença. (...) Porque o que eu vou fazer em casa durante uma licença prêmio? O que é que eu vou fazer? Licença sabática (u.). Sim, mas viajar pra onde? Acrescentou, finalizando, "e grana também, não tenho". Outro colega nos mostra a intensificação do trabalho e o desenvolvimento de uma "sociabilidade produtiva" por naturalizarmos em nosso cotidiano os valores que já constituem a cultura institucional mercantilizada e internacionalizada.

Ah sim! Eu acho que depois... Eu já tive por causa do trabalho, do estresse do trabalho eu tive uma gastrite hemorrágica e uma pneumonia junto, e só fiquei afastada 20 dias e foi por estresse, e foi exatamente por essa loucura. E a partir daí a única coisa que eu faço é que eu tiro, pelo menos, meia hora pra sair pra almoçar, isso eu faço! Tiro meia hora, 45 minutos. É aqui próximo, e eu saí pra almoçar, porque antes teve uma época que eu já nem almoçava, entendeu? Eu fazia, comia um lanche aqui e ia direto. Tem muitos professores, eu não sou a exceção, tem vários professores que seguem essa daqui, e tem gente aqui do N° andar que, por exemplo, chega mais cedo do que eu, porque eu chego 10h, ou seja, chego tarde. Mas geralmente eu tenho reunião às 9h, então nesses dias que eu tenho reunião às 9h como da CPG, da pós-graduação, eu chego aqui antes das 10h.

O trabalho imaterial de maneira geral tem um limite pouco sensível para o trabalhador e isto é sensível quando se trata de trabalho imaterial superqualificado e que nos dá prazer. Toma-se verdadeira droga lícita e legítima às nossas consciências prenes dos traços da cultura mercantil e internacionalizada. Frente ao enfraquecimento dos sindicatos e das associações científicas em nossa defesa não temos discernimento até que ponto nosso trabalho contribui para nossa formação humana e quando avançamos este ponto e nossas atividades voltam-se contra nós. Nossa falta de consciência e a ausência de coletivos que possamos ter um sentimento de pertença e que tenham condições de nos defender deste mal invisível, faz com que nós mesmos nos levemos ao máximo de nossos esforços humanos - o único modo de resistência (resistência que foi verbalizadas e negada, mostrando a naturalização da "sociabilidade produtiva") torna-se a doença mental ou somatizada.

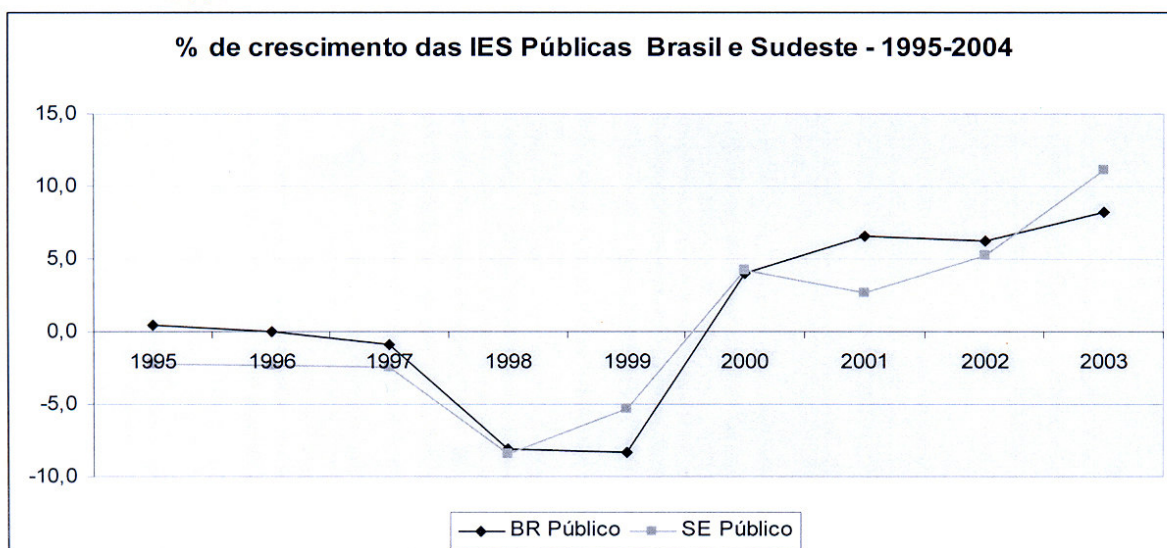
O salário, por sua vez, é a mediação do professor pesquisador com o mundo. O salário pode ser a medida do tamanho de sua capacidade de acesso à cultura necessária à sua formação como ser humano e como professor/pesquisador, dimensões indissociáveis. Mostra também a potência institucionalmente criada para a adaptação do professor/pesquisador às mudanças na *universidade reformada*, a *universidade caritativa* e *neoprofissional*, assim constituída e transformada pelos programas que é impelida a

desempenhar, como assinalado anteriormente. O trabalho do professor/pesquisador e suas atividades mercantilizadas, articuladas com seu salário, serão analisados quando da abordagem de uma eventual chave explicativa sobre o *sentido do trabalho do professor na institucionalização mercantil das universidades estatais públicas*.

### O Fundo Público e o aumento das instituições

O aumento das instituições de educação superior públicas no período de 1995 a 2004 é considerável como se pode observar no gráfico abaixo, o que nos faria supor o aumento de professores em tempo integral para manter o mínimo da produção de pesquisas, publicações tão exigidos pelo Estado e pelo mercado, bem como a formação de profissionais nos cursos de graduação e pós-graduação.

Gráfico 01 – Evolução das taxas de crescimento das IES públicas – Brasil e Sudeste 1995-2004

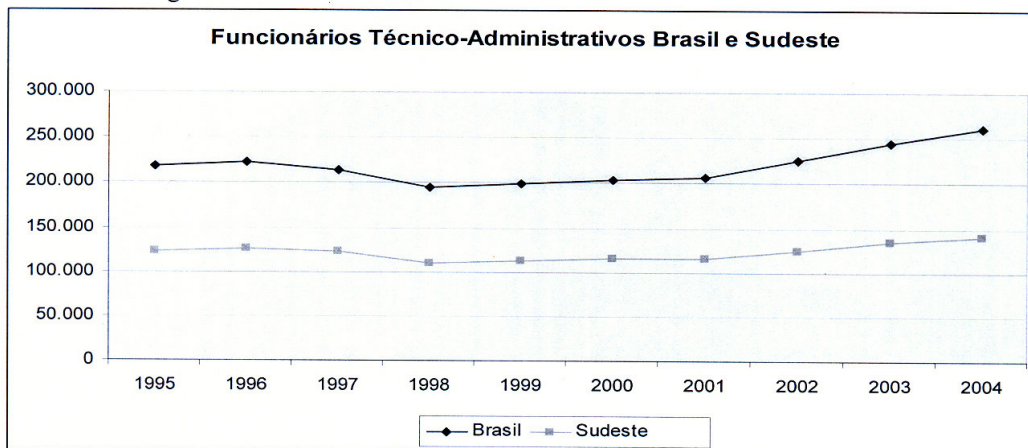


Fonte: MEC/Inep/Deaes

Por outro lado, quando se observa o gráfico abaixo que mostra, se não a involução, uma ínfima oscilação com tendência à estagnação das vagas dos funcionários técnico-administrativos dos setores público e privado, dá-se o retomo do pessimismo. Se houve um aumento nas instituições em idêntica ordem de grandeza deveria ter havido o aumento dos técnico administrativos, posto que as funções da competência desta categoria devem ser realizadas. Ainda, que no gráfico não estejam discriminados os dois setores, a curva indica a mesma tendência. Uma hipótese imediata é a de que os mesmos funcionários tenham seu trabalho intensificado. Outra hipótese consiste na mudança do perfil deste funcionário dadas as novas tecnologias inseridas nas novas formas de gestão das universidades estatais públicas. Os novos sistemas administrativos servidos por espaços tecnológicos midiáticos operam novas relações dos técnico-administrativos com os professores. Muitas funções de competência daquela categoria são repassadas para o professor, com ênfase para o professor/pesquisador. Três exemplos, dentre muitos que se poderia citar: 1) os muitos pareceres emitidos são feitos diretamente, via eletrônica, com agências de fomento ou com revistas,

dispensando o trabalho dos funcionários técnico-administrativos; 2) o preenchimento de planilhas de notas de avaliação de alunos *on line* e 3) a apresentação do programa da disciplina *on fine*, por meio de formulários eletrônicos que "obrigam" o professor a apresentar com rigor seu objetivo e estratégias para o curso que ministrará.

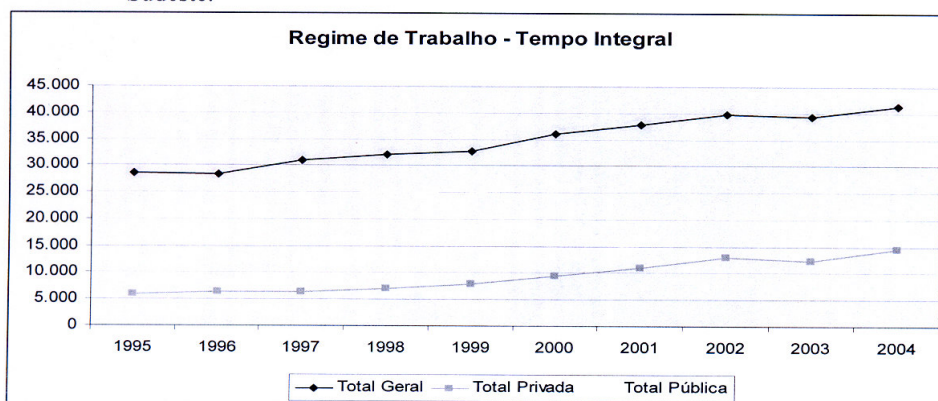
Gráfico 02 - Evolução do número de Funcionários Técnico-Administrativos – Brasil e Região Sudeste – 1995-2004



Fonte: MEC/Inep/Deaes

Para se dar um pouco mais de consistência ao que se propôs no início deste texto, ousadamente, já no seu primeiro parágrafo, é importante mostrar a evolução dos professores em tempo integral. Tomando como fonte o MEC-Inep-Deaes, construiu-se o gráfico abaixo que ilustra bem o que se pretendeu com o título deste texto.

Gráfico 3 - Evolução do número de docentes no período 1995 à 2004 em Regime de Trabalho de Tempo Integral - Universidades Públicas e Privadas - Região Sudeste.



Fonte: MEC-Inep-Deaes

Apenas um comentário quanto ao mostrado pelo gráfico acima. No período de 1995 a 2004, o número de professores em regime de tempo integral (curva em amarelo), regime em que se encontram todos ou quase todos os professores/pesquisadores das universidades estatais públicas teve um levíssimo aumento de cerca de 23.000 professores para aproximadamente 26.000.

No primeiro parágrafo adiantou-se a hipótese de que as mudanças na identidade institucional da universidade estatal pública se inseriam num processo de racionalização social específico datado e localizado. No entanto, o processo racional a que se aludiu consiste no processo de racionalização social do capitalismo, que é movido a reformas institucionais com origem no Estado. Desta forma, para um entendimento mais consistente do que acontece, não basta a simples apresentação dos dados, mas, em face do espaço deste texto, é necessária a produção de visada analítica destes processos de racionalização no capitalismo por meio dos clássicos que bem apreenderam os tempos longos deste modo de produção. Com isto, poder-se-á entender melhor as mudanças de identidades institucionais e a formação de novos seres sociais a cada processo de racionalização social exigido pelo capitalismo, sempre, com graves conseqüências para o novo ser social.

No século XVIII, Adam Smith, analisando o capitalismo mostra em *A Riqueza das Nações* que o Estado capitalista, para além de representar o capital mediante uma autonomia política relativa, sempre teve um papel econômico, sem o qual o capital jamais se reproduziria plenamente de forma privada, isto é, pela *mão invisível do mercado*.

Smith mostra o papel político, mas também o econômico e o belicoso do Estado moderno, antevendo o século da social-democracia e dos presentes diagnósticos e soluções neoliberais, ao mesmo tempo em que oferece a chave para desvendar o período do liberalismo clássico, isto é, a contradição entre a igualdade, a liberdade, e a propriedade privada. Segundo Smith, a primeira das despesas do Estado moderno é com a *Defesa*, em seguida, com a *Justiça*, para a garantia da propriedade privada, o que resulta na desigualdade social entre os homens e no aflorar desta contradição. Isto é, sua teoria econômica somente se sustenta se existir um Estado com tais funções. Aqui se põe o embrião da mercantilização da política no capitalismo. Diante da inevitável desigualdade social desta condição, afirma a necessidade inarredável do ordenamento jurídico burguês, dando a forma burocrática à política e à dimensão ideológica do capitalismo.

O terceiro aspecto a que Smith faz referência é a despesa do Estado para com serviços ou mesmo instituições que possam interessar a uma ou várias unidades de capital: "a criação e a manutenção dos serviços públicos que facilitam o comércio de qualquer país, (...), boas estradas, pontes, canais navegáveis, etc, exigirão variadíssimos níveis de despesas nos diferentes períodos da sociedade" (SMITH, 1993, p.335). A educação é também, para Smith, parte de tais despesas: um serviço público. Trata-se de Estado que, em sua origem, submete a dimensão pública à esfera privada em benefício desta última, no âmbito do próprio Estado Republicano. Smith desvela no âmbito da economia o fetiche do Estado liberal e toma clara a contradição entre o público e o privado presente nas relações econômicas e sociais. Mostra assim a tendência histórica de intensificação da dimensão estatal mercantil que faz com que o Estado dirija suas políticas públicas para o pólo privado da contradição, dada a materialidade da economia. Ao examinar-se esta obra tendo em vista a análise do momento atual, vê-se que existe uma linha de continuidade: as mudanças na forma de Estado estão tendencialmente sempre a serviço do capital.

Marx deixa claro no seu *As Lutas de Classe na França* (MARX, 1983) e no *18 Brumário de Luiz Bonaparte* (MARX, 1983), dentre outras obras, sua concepção de Estado, quando analisa a última fase da

revolução: O *Bonapartismo*. Realiza seu intento mostrando a tomada de consciência de classe quando da *Constituição Republicana*, texto do ordenamento jurídico que toma explícito para os trabalhadores que não se tratava da mudança do regime, mas da transformação do modo de produção. Em seguida, no período da *República Burguesa*, elucida as contradições entre os segmentos da burguesia, que buscavam ter sob seu poder o político e o econômico. Isso possibilitou o golpe de Luís Bonaparte (*coup de main*) e com ele a produção de uma autonomia relativa do Estado, com destaque para o poder Executivo. Fez-se aqui esse parêntese para mostrar o embrião das relações entre a economia, a sociedade e o Estado.

Por sua vez, na Itália do início do século XX, num momento histórico quando se concretiza a existência de partidos bem organizados, de fortes sindicatos, do sufrágio universal, da grande imprensa e da operária, o pensador Antonio Gramsci, inspirado em Lênin, vislumbra, diferentemente de Marx, diante de uma diferente forma histórica, uma nova esfera: a sociedade civil. Esta é constituída de contradições entre capital e trabalho, entre o público e privado e expande a noção de Estado tal qual proposto, com base na filosofia da práxis. Nos *Cadernos do cárcere*, Antonio Gramsci elabora uma *concepção ampliada de Estado*, na qual este é explicitado como espaço de luta política em razão de conter elementos do Estado restrito, bem como da sociedade civil e de representantes do capital e do trabalho em ambas as esferas.

No entanto, diante da hipótese apresentada e para tratar do tema problematizado neste artigo é necessário que se procure conhecer a lógica que orientou o processo de racionalização atual e para isto, como indicado, faz-se necessário conhecer, ainda que de forma analítica, as características essenciais do século XX, e como ela se atualiza, quando do fim da prática do *Consenso de Classes* e regulação econômico-social promovidos pelo Estado de Bem-Estar Social.

Voltando a Marx, as modificações das esferas pública e privada mantêm relações entre si, influenciadas, com mediações, pela realização do valor na esfera da circulação de mercadorias. o valor produzido no âmbito da produção é potência, podendo realizar-se ou não na esfera da circulação de mercadorias, o que teria levado Marx a dizer que a burguesia necessita revolucionar-se sempre para se manter. Há, portanto, uma defasagem entre a produção e a realização do valor. Por outro lado, a demanda do capital é diferente da demanda da classe trabalhadora. O foco daquele são os meios de produção; o desta são os produtos necessários para sua própria reprodução, mediante seu trabalho alienado, a reprodução do capital, bem como a reprodução das contradições da sociedade capitalista. Isto, segundo Marx, provocaria crises cíclicas de superprodução de capital nas suas diversas formas (matéria-prima, força de trabalho, produto acabado, capital financeiro, etc.). Isso significa, no médio prazo, queda da produção, dívida interna, inflação e desemprego, além de alta tributação.

A base econômica da teses da social-democracia e do Estado de Bem-Estar Social, de acordo com a *Teoria Geral* de Keynes, inicia seu declínio na década de 1970. As teses socialdemocratas transformam-se face o esfacelamento econômico, como se pode observar nos governos Margaret Thatcher na Inglaterra e François Mitterrand na França, sendo que o segundo anuncia em 1982 uma série de medidas em benefício dos trabalhadores, característica das políticas de bem-estar social, mas termina aderindo à privatização, pois não havia mais recursos para o financiamento dessas políticas.

o consenso produzido com base nas teorias keynesianas reproduziam o capital e a força de trabalho por meio do Fundo Público. Em razão disto, as políticas colocavam o Estado no lugar da classe trabalhadora na condição de consumidor dos bens da classe operária. Por outro lado, em maior magnitude colocava o Fundo Público a serviço do capital. Esta é a chave de leitura para compreendermos o início do processo que tomou o capital industrial produtivo e o capital financeiro uma massa amalgamada sob hegemonia do último. Diante da necessidade de aumento da produtividade em face de crise iminente, pesquisas têm seu foco voltado para as inovações sobre o trabalho e ganham grande espaço no âmbito do Estado aquelas voltadas para o trabalho, tendo-se escrito muito sobre este movimento que resultou na reestruturação produtiva. Porém, o que até agora pouco se tem explorado deste nó górdio é o resultado ideológico deixado pelo Estado de Bem-Estar Social.

O pólo antitético da reestruturação produtiva é a naturalização do Fundo Público por parte do capital, que movimentou todos seus representantes na direção de reformas do Estado pelo mundo todo, colocando esta instituição reformada a seu serviço, isto é, alterando de forma radical o Fundo Público na direção de seu benefício. Isto demandou uma reforma de todas as instituições republicanas, especialmente a Instituição Universitária e a educação de forma geral em face da necessidade de alterar todo o processo de racionalização social quando os governos social-democratas faliram literalmente e se viram obrigados a aderir aos fundamentos econômicos de Hayek, que atualizam o que Smith já escrevia no século XVIII. A reforma do Estado brasileiro e da educação superior que está em processo desde 1995, cuja perversa forma fenomênica foi acima mostrada, ganha consistência de análise nestes fundamentos. Neles também se encontram elementos para se compreender as radicais e profundas mudanças no trabalho do professor/pesquisador da universidade estatal pública e suas conseqüências para o ser humano que é antes de ser o concreto professor.

As políticas públicas passam, no país e no exterior, por um processo de mercantilização ancorado na privatização/mercantilização do espaço público (processo que já se punha de forma embrionária desde os primórdios do capitalismo) e sob o impacto de teorias gerenciais próprias das empresas capitalistas imersas na suposta autonomia ou real heteronomia do mercado, hoje coordenado por organismos multilaterais a agirem em toda extensão do planeta. Quando titular do Ministério da Reforma do Estado e da Administração Federal (Mare), Bresser Pereira assim argumentava sobre a necessidade de uma "nova administração pública":

A abordagem gerencial, também conhecida como "nova administração pública", parte do reconhecimento de que os Estados democráticos contemporâneos não são simples instrumentos para garantir a propriedade e os contratos, mas formulam e implementam políticas públicas estratégicas para suas respectivas sociedades, tanto na área social quanto na área científica e tecnológica. E para isso é necessário que o Estado utilize práticas gerenciais modernas, sem perder de vista sua função eminentemente pública (PEREIRA, 1996, p.7).

O ex-Ministro estabelece aí a matriz teórica, política e ideológica da reforma do Estado e das instituições republicanas, buscando produzir por meio das políticas públicas e das instituições, um *Pacto*

*Social* pragmático. É com base nessa análise da realidade que contextualiza as políticas públicas recentes, em especial das políticas sociais, e na reflexão exigida pela materialidade histórica que envolve tanto a contradição público-privado, quanto a dimensão central e mercantil do Estado Moderno, que se pode compreender melhor a racionalidade político-administrativa dos governos FHC e dos de Lula. Este processo realizou-se nas esferas federal e municipal, no primeiro caso através dos governos FHC e, no segundo, pelos governos do PT. Hoje, apresenta sua horrenda nudez sem mediação alguma, como se pôde observar no âmbito da educação superior como ela se toma naturalizada pelo capital em meio às diferentes formas de Fundo Público e altera o trabalho imaterial e intelectual, provocando a alienação dos professores, concretizada especialmente por doenças psicossomáticas, dentre outras formas, mesmo que os professores, contraditoriamente, pareçam orgulhar-se de seus trabalhos. Fato que aparece com frequência em conversas com colegas e na grande maioria dos depoimentos colhidos durante a pesquisa de campo acima referida, que produziu relevante questão para ser investigada. O que leva a indagar sobre o *Sentido do Trabalho do Professor/pesquisador das Universidades Estatais Públicas*.

## **Referências Bibliográficas**

MARX, Karl. "O 13 de junho de 1849", In: Florestan Fernandes, *Marx Engels*. São Paulo: Editora Ática, 1983.

. *O coup de main de Luís Bonaparte (O 18 Brumário de Luís Bonaparte)*, In: FLORESTAN, Fernandes, *Marx Engels*. São Paulo: Editora Ática, 1983.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Crise econômica e reforma do Estado no Brasil - para uma nova interpretação da América Latina*. São Paulo: Editora 34, 1996.

PINTO, José Marcelino de Resende. Os números do financiamento da educação no Brasil. *Revista Proposições*, v. 85, n.95, 2005.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JR, João dos Reis. *Segundo Relatório da Pesquisa Mercantilização da Esfera Pública e Universidade - Nova identidade Universitária e Trabalho*

*Docente das IFES da região Sudeste*, com financiamento da FAPESP e do CNPq, 2007. SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JR, João dos Reis; HAYASHI, Carlos Roberto Massao. In: RISTOFF, Dilvo; GIOLLO, Jaime (ORGs). *Educação superior brasileira 1991-2004* - São Paulo, 2006.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. *As novas faces da educação superior no Brasil - reforma do Estado e mudança na produção*. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

SMITH, Adam. *Riqueza das nações*, v. 2. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.